

PLA

Políticas
y líneas
de acción



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

PLATAFORMAS PARA EL DIÁLOGO SOCIAL

Agosto 2024

Democracia, Derechos Humanos y Paz

Encrucijadas y desafíos desde el Estado y las organizaciones sociales



Toda memória é da vida Ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

ISBN 978-987-813-852-7
probecas@clacso.edu.ar
www.clacso.org

Amanda Calabria
Angie Donini

Laura Rebecca Murray
Naara Maritza

(Brasil)

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

PLAN DE LINEAMIENTOS PARA ACCIONES EN EL CAMPO DE LOS DERECHOS HUMANOS Y PROSTITUCIÓN

No final dos anos 1980, prostitutas se organizaram em um movimento nacional e passaram a disputar os sentidos políticos na reinaugurada agenda de lutas por direitos que caracterizou o processo de redemocratização brasileira. Desde então, conquistas e avanços importantes foram alcançados no campo do ativismo: a criação de associações e coletivos liderados por prostitutas em todas as regiões brasileiras, a articulação com organizações latino-americanas, a atuação em agendas transnacionais, o reconhecimento do trabalho sexual como ocupação por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, a promoção de debates relativos aos direitos sexuais, além de uma histórica contribuição ao enfrentamento da epidemia de aids.

A despeito de alguns percursos exitosos, as prostitutas organizadas vêm se deparando com batalhas políticas em diferentes frentes, tanto para o reconhecimento do histórico de atuação no passado, quanto em relação ao engajamento e visibilidade das pautas de luta no tempo presente. O combate às distintas formas de violência, especialmente a de Estado, e a discriminação em torno do trabalho sexual, seguem sendo grandes desafios.

O giro conservador (Corrêa, 2022), que na última década tomou fôlego no cenário global, vem afetando de maneira desproporcional populações, territórios e grupos que resistem às violências reatualizadas pelo sistema colonial capitalista, que combina processos de racialização, colonização, exploração capitalista e imposição da heterossexualidade (Lugones, 2019, p. 363). No âmbito da prostituição no Brasil, há um acelerado crescimento de discursos de ódio, tentativas de criminalização e imposições urbanas que controlam, segregam e desmobilizam o exercício da profissão, como nos fenômenos de gentrificação. Esses retrocessos impõem severos limites às noções de direito à vida e às condições de trabalho e ativismo.

No plano político, o movimento vem enfrentando segmentos da extrema-direita, fundamentalistas evangélicos, feministas radicais e, em alguns casos, a própria esquerda brasileira, a respeito de movimentações partidárias traiçoeiras e discursos estigmatizadores e abolicionistas da profissão.

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

Neste contexto, lançamos mão de uma investigação sobre a atuação e os desafios do movimento brasileiro de prostitutas na construção de um projeto de democracia participativa, posicionando a luta desde o fim da ditadura civil-militar aos dias atuais. Por meio da convocatória “Democracia, Derechos humanos y Paz: encrucijadas y desafios desde el Estado y la organizaciones sociales”, promovida pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), realizamos uma investigação cartográfica que tomou o Arquivo Davida, acervo produzido pela ativista Gabriela Leite e a organização Davida, como ponto de mirada para o trajeto de atuação do movimento. Refletimos sobre as pautas de luta inauguradas nos anos 1980, as alianças e estratégias políticas e as continuidades dos embates face aos limites da democracia brasileira.

No trabalho com o material documental foi possível compreender os limites do reconhecimento do movimento de prostitutas na cena pública dos movimentos sociais e na relação participativa com o Estado. Essa invisibilidade impacta não somente uma narrativa sobre o passado, mas a possibilidade de construção de um projeto no presente junto à agenda política brasileira para o enfrentamento das estruturas mantenedoras de violência em relação à prostituição. Trata-se, portanto, de uma disputa pelo reconhecimento público como sujeitos históricos que protagonizam suas lutas há mais de três décadas e que resistem cotidianamente frente às invisibilidades políticas e discriminações ativas. Tais investigações aproximam e atualizam as relações entre passado e presente, lançando bases para encararmos os desafios e as questões socialmente vivas do movimento de prostitutas.

O Brasil, em lentos passos, encampou políticas de memória dirigidas ao reconhecimento e à reparação das violações de direitos humanos na ditadura militar. Essas iniciativas impulsionaram narrativas testemunhais e recomposições da memória de diferentes sujeitos e grupos, mas tais narrativas também têm encontrado resistências, ameaças de apagamento e falsificação da história, não se perdurando como políticas continuadas de justiça. Embora relevantes, essas políticas de memória se mostram em falta com as vítimas da ditadura, por não darem conta de abranger a complexidade de sujeitos e grupos que disputam as narrativas e representações do passado.

A característica de constituição da democracia brasileira engendra um duplo olhar para as limitações que a constituíram historicamente e para a abordagem

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

estigmatizante de prostitutas na cena pública. Não é possível compreender a democracia sem considerar sua dimensão violenta colonial que assegura a preservação de algumas vidas em detrimento da ameaça, controle e punição de tantas outras. Para as prostitutas não seria diferente, uma vez que no projeto de sociedade moderna-capitalista sempre foram posicionadas fora da normatividade, alvos de práticas discursivas médicas, policiais e jurídicas. A democracia, em sua genealogia seletiva (Mbembe, 2021), nunca foi garantidora de direitos para as prostitutas, a despeito das investidas e dos processos de resistência.

Na trajetória do movimento, houve um intenso crescimento político entre os anos 1990 e início dos anos 2000, entretanto, não sem tensionamento direto com o Estado, para os qual era necessário reafirmar os princípios norteadores da luta – o protagonismo, a autodeterminação e a positividade da profissão. Esse período foi bastante definidor para o movimento, porque fomentou a capilarização de associações de prostitutas em grande parte dos estados do país e a crescente produção de lideranças, que desempenhavam uma forte mobilização territorial.

As prostitutas dispunham de certo capital político, sobretudo no cenário da saúde, porque a luta havia ganhado expressiva visibilidade e reconhecimento, no país e internacionalmente, em decorrência dos projetos de enfrentamento da epidemia de aids. Lideranças nacionais foram convidadas a participar dos primeiros projetos de prevenção do HIV. A colaboração desenhou uma política nacional que perdurou por décadas como um inovador plano de ação comunitária, porque articulava saúde e direitos humanos, em uma crítica contundente à abordagem histórica higienizadora e biopolítica, em que eram consideradas transmissoras de doenças, noção reatualizada internacionalmente nas políticas de prevenção. Longe de se reduzirem ao campo da saúde, compreendiam a parceria com o Ministério da Saúde como estratégica para a sustentabilidade das ações em promoção de direitos e cidadania. Na relação tensa e duradoura com o Ministério da Saúde, chegaram a contribuir para a criação de campanhas de prevenção perspicazes que valorizavam a profissão, como o lema do projeto “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, em 2002.

Em 2008, por convocação governamental, aconteceu a I Consulta Nacional sobre DST/AIDS, Direitos Humanos e Prostituição, após a Consulta, o Ministro da Saúde recebeu lideranças do movimento de prostitutas e se comprometeu na articulação dos encaminhamentos da Consulta junto aos demais ministérios e

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

secretarias, incluindo uma importante recomendação da Consulta, a formação de uma comissão interministerial para tratar de diversos aspectos da prostituição, mas esta comissão nunca foi criada¹.

Já na segunda década dos anos 2000, um cenário de invisibilidade e dessignificação do movimento começou a se apresentar com mais expressividade. Os conflitos com o Ministério da Saúde levaram a quadros de ruptura, em razão de uma abordagem higienizadora e biopolítica, o que rompia com o histórico de atuação conquistado. Isso se expressou, por exemplo, no posicionamento de recusa à participação nos projetos de aids do governo, em 2011, em resposta à insatisfação com as novas abordagens do Departamento Nacional de HIV/Aids. E a ruptura após a censura, em 2013, da campanha “Sou feliz sendo prostituta”, em celebração do Dia Internacional das Prostitutas, que por meio de frases afirmativas, positivavam a profissão. A campanha foi retirada das redes sociais pelo Ministério da Saúde, deixando apenas o material que enfatizava a prevenção. O contexto refletia um intenso campo de disputas entre as forças políticas já sob forte influência da extrema direita. O conservadorismo ganhava novamente fôlego na sociedade brasileira, dessa vez em defesa de pautas antigênero, fazendo coro aos fundamentalistas evangélicos que avançavam na cena política institucional, o que culminou na eleição presencial do candidato de extrema direita, em 2018.

A despeito do reconhecimento conquistado pelo movimento, houve pouca visibilidade política e disponibilidade de aliança com o Estado nas arenas relacionadas à defesa do trabalho sexual, nas campanhas de descriminalização e legalização da profissão, e na defesa dos direitos sexuais, que demarcava a liberdade e autonomia de se trabalhar com sexo e prazer.

Diante dos desafios que se apresentam a partir da onda conservadora somada à negligência por parte do Estado, consideramos um conjunto de recomendações estratégicas para se exercitar a formulação de espaços de diálogo, a constituição de prioridades nos espaços do legislativo e executivo, e alguns elementos que tocam o campo social. Tais proposições podem contribuir como orientadores no campo de políticas públicas e de debates sociais referente ao trabalho sexual no contexto brasileiro. Vale destacar que parte delas são destaques dos encaminhamentos da Consulta Nacional em 2008, cujas recomendações foram consolidadas

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

a partir de ampla e intensa participação de prostitutas de diferentes partes do Brasil.

- Fomentar e defender junto aos setores governamentais a construção de uma política afirmativa para a prostituição.
- Fomentar no âmbito legislativo a retomada de diálogo com prostitutas, tomando como base o campo do direito trabalhista, bem como a revisão de todos os elementos contidos no código penal que dão brecha para a criminalização do trabalho sexual.
- Promover ações de advocacy para arquivamento de projetos de lei que criminalizam o trabalho sexual.
- Promover, em todos os setores, a desvinculação do tema da prostituição das temáticas relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas.
- Promover a participação de prostitutas na formulação, regulamentação e implementação de políticas públicas voltadas a esse segmento.
- Promover e estimular a participação do movimento social de prostitutas nos espaços de controle social visando:
 - à ampliação de sua participação nos conselhos municipais e estaduais,
 - à participação nas conferências municipais, estaduais e nacionais.
- Promover a participação de prostitutas nos comitês de acompanhamento de pesquisas, qualitativas e quantitativas, com vistas a construir estudos baseados nas necessidades das pessoas e seus contextos.
- Viabilizar a realização de audiências públicas para denúncias relativas à violência contra prostitutas.
- Promover o debate público sobre os impactos da gentrificação de áreas urbanas para o trabalho sexual.
- Promover espaços de diálogo de base comunitária para enfrentar os estigmas fomentados pela influência religiosa nos territórios, promovendo o debate sobre a laicidade do Estado.

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira

- Viabilizar orientações e formação para que prostitutas encontrem serviços públicos acolhedores onde possam contar sobre sua realidade de trabalho sem sofrer preconceito por parte dos profissionais.
- Promover ações que favoreçam a criação de um ambiente educacional livre de estigmas contra prostitutas, seus filhos e familiares.
- Promover ações de advocacy e controle social junto aos gestores do INSS para assegurar a adoção, em todo o território nacional, do ato normativo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que reconhece a prostituição como ocupação.
- Promover a participação do movimento de prostitutas nos espaços de discussão de programas do Ministério da Justiça e dos governos estaduais que abordem temas de interesse dessas populações, como o tráfico de pessoas, de acordo com encaminhamentos da Consulta Nacional sobre DST/Aids, Direitos Humanos e Prostituição, 2012, e dos demais fóruns de discussão que tratam deste debate.
- Promover a guarda da documentação, o acesso aos acervos e o debate sobre memória e prostituição no contexto das políticas e ações de patrimônio e memória.
- Criar estratégias para viabilizar o acesso aos documentos referentes à prostituição presentes nos arquivos públicos.
- Promover estratégias arquivísticas de base comunitária para os conteúdos documentais dos acervos de prostitutas.
- Promover o desenvolvimento de conteúdo audiovisual para cinema, televisão e redes sociais que abordem a prostituição de maneira positiva, considerando a realidade e as narrativas de suas protagonistas.

REFERÊNCIAS

Corrêa, S. (2022). “É importante entender o alcance histórico, a longevidade da mobilização conservadora”, *SUR* 32, acesso 24 jun. 2024. <https://sur.conectas.org/e-importante-entender-o-alcance-historico-a-longevidade-da-mobilizacao-conservadora/>

Toda memória é da vida: ativação do arquivo de
prostitutas face aos limites da
democracia brasileira

Lugones, M. (2019). *Rumo a um feminismo decolonial*. In: Hollanda, H.B. (org) Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Mbembe, A. (2021). *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Editora.

SOBRE LOS AUTORES Y LAS AUTORAS

Amanda
Calabria

Doutorado e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora no Laboratório de História Oral e Imagem, UFF. Ativiste e integrante do Coletivo Puta Davida.

Angie
Donini

Professora do Departamento de Filosofia da UNIRIO e dos Programas de Pós Graduação em Filosofia e em Ensino de Artes Cênicas da UNIRIO. Doutorado em Psicologia Clínica pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade da PUC de São Paulo, onde também cursou o mestrado. Fez estágio de pós-doutoramento em Medicina Social na UERJ (2012) e em Estudos Contemporâneos das Artes na UFF (2020). Dirigiu os curtas metragens “corpos que escapam” (2015), “ancorando navios no espaço” (2016); “nomes que importam” (2017); e a série documental “esporte é coisa de mulher” (2023). Colabora com coletivos ativistas em processos de criação audiovisual desde 2013. Colabora com o Coletivo Puta Davida em iniciativas de registro e memória.

Laura
Rebecca
Murray

Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos e o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ. Fez graduação em Ciências Políticas e Estudos de Gênero na Wellesley College (2000), mestrado em Saúde Internacional pela Johns Hopkins University Bloomberg School of Public Health (2005), doutorado em Antropologia Médica/Departamento de Ciências Socio-médicas pela Columbia University (2015) e pós-doutorado no Instituto de Medicina Social da UERJ (2018). Dirigiu "Um Beijo para Gabriela" (2013) e foi uma das coordenadoras do projeto audiovisual "O que você não vê: A prostituição vista por nós mesmas" (2017). Integrante do Coletivo Puta Davida e Rede Brasileira de Prostitutas.

Naara
Maritza

Mestrado no ensino de Educação Básica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro /CAP-UERJ. Professora SME-RJ. Ativista do Coletivo Puta Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas. Pesquisadora do projeto de extensão universitária "Memória da Vida: organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas", parceria UFRJ, UNIRIO, UFF, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Coletivo Puta Davida.



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

CLACSO Secretaría Ejecutiva	Karina Batthyány Directora Ejecutiva María Fernanda Pampín Directora Editorial Pablo Vommaro Director de Investigación
Equipo Editorial	Lucas Sablich Coordinador Editorial Solange Victory Marcela Alemandi Producción Editorial
Equipo Programa de Becas y Convocatorias	Teresa Arteaga Ulises Rubinschik

Toda memória é da vida : ativação do arquivo de prostitutas face aos limites da democracia brasileira / Angela Aparecida Donini ... [et al.]. - 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-813-852-7

1. Prostitución. 2. Democracia. 3. Brasil. I. Donini, Angela Aparecida

CDD 306.74

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>

